

Índice

AÇÃO JUDICIAL

Condenação decorrente de decisão transitada em julgado. Impossibilidade de acordo. Necessidade de expedição de precatório..... 14

Clarissa Boscaine

AGENTE POLÍTICO

Fixação dos subsídios para o quadriênio 2021/2024. Reflexos à luz da Lei Complementar nº 173/2020.....22

Rodrigo Garone

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Blocos de financiamento do SUAS. Reprogramação dos saldos para o exercício seguinte. Necessidade de deliberação do Conselho Municipal. Formalização de aditivo à parceria quando aplicado por entidade do terceiro setor.....25

Luiz Fernando Negrão Castilho

BEM PARTICULAR

Tombamento. Obras no entorno do imóvel. Possibilidade desde que observadas as exigências legais..... 31

Maria Theresa Camillo De Martini

CÂMARA MUNICIPAL

Vereador. Manutenção de contrato com o Município após a posse. Vedação constitucional.....40

Clarissa Boscaine

CONTRATO

Aquisição de vacinas, insumos e demais bens e serviços destinados à vacinação contra a covid-19. Medidas excepcionais previstas para contratação na Lei nº 14.124/202151

Elisangela Fernandes Reis Silva

Microempreendedor individual – MEI. Pagamento. Conta-corrente de titularidade de pessoa física. Possibilidade. Recomendação para constar tais condições no ajuste contratual 56

Luiz Fernando Negrão Castilho

DESAPROPRIAÇÃO

Demora na utilização do imóvel já incorporado ao patrimônio público. Tredes-tinaçãoção lícita. Prazo prescricional59

Maria Theresa Camillo De Martini

ENSINO

Novo Fundeb. Exame sob a ótica da Emenda Constitucional nº 108/2020 e da Lei nº 14.113/2020..... 64

José Carlos Polo

Salário-Educação (QESE). Aplicação dos recursos.

Diversas questões.....87

Fabiana Okano

GESTÃO FINANCEIRA

Adiantamento. Ausência de registro e de prestação de contas nos termos do Comunicado Audesp nº 69/2020. Necessidade de apuração para sanar a falha.....95

Fabiana Okano

Crédito adicional suplementar. Forma de apurar o superávit financeiro. Impossibilidade de utilizar os recursos decorrentes de cancelamento de restos a pagar 100

Elizabeth Toshiko Horie

Iluminação pública. Substituição das lâmpadas incandescentes por LED. Realização de operação de crédito. Incorporação das parcelas na contribuição de iluminação pública 105

Elizabeth Toshiko Horie

Novas regras aplicáveis à gestão fiscal. Edição das Leis Complementares nºs 177 e 178/2021. Repercussão para os Municípios 108

José Carlos Polo

LICITAÇÃO

Aquisição de itens da área da saúde. Momento adequado para exigência no registro na Anvisa 127

Rodrigo Melaré

Compras efetuadas pela internet. Dispensa de licitação 132

Cláudia Klocke Ghini Jorge

Contratação de serviços advocatícios e de contabilidade por inexigibilidade de licitação. Considerações sob a ótica da Lei Federal nº 14.039/2020. 138

Elisangela Fernandes Reis Silva

Parecer jurídico. Obrigatoriedade nas dispensas de licitação e nas prorrogações de contratos 147

Luciane Tavano

PREVIDÊNCIA

Regime próprio. Contribuições previdenciárias. Parcelamento. Exame à luz da Emenda Constitucional nº 103/2019 e da Portaria MPS nº 402/2008 155

Lucianne Pedroso

SERVIDOR PÚBLICO

Agentes comunitários de saúde e de combate às endemias. Piso remuneratório. Aumento. Obrigatoriedade. Exceção às restrições impostas pela Lei Complementar nº 173/2020 160

Lucianne Pedroso

Cargo em comissão. Direção de veículo oficial.

Possibilidade excepcional 163

Giselle Gomes Bezerra

Celetista. Adiantamento salarial. Procedimento adequado. 168

Patrícia Forte Nunes

Celetista. Gratificação de função. Impossibilidade de incorporação. Análise à luz da reforma trabalhista 173

Daniella Caetano Landim

Celetista. Nomeação para cargo em comissão/designação para função gratificada. Efeitos no contrato de trabalho 180

Rodrigo Garone

Declaração de bens e valores pelos agentes públicos e políticos. Obrigatoriedade. Forma adequada 187

Daniella Caetano Landim

Estatutário. Trabalho remoto/*home office*. Manutenção do vale-alimentação. Impossibilidade de redução..... 192

Rodrigo Garone

Menor aprendiz. Contratação pelo Município. Forma adequada para repactuação..... 195

Ana Luiza Tardelli Siqueira Lazzarini

TERCEIRO SETOR

Contrato de gestão. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro. Instrumento que não se aplica aos ajustes do terceiro setor. Forma adequada para repactuação..... 200

Isabela Giglio

Parceria. Aplicação de emenda impositiva. Inexecução do plano de trabalho. Repasse do recurso realizado no último dia de vigência. Providências necessárias para regularização..... 213

Isabela Giglio

TRIBUTO MUNICIPAL

Créditos municipais. Juros moratórios. Limitação de índice fixado em lei municipal ao estabelecido pela União. Exame à luz do entendimento jurisprudencial..... 223

Mara Guimarães Dantas

Créditos de precatórios. Compensação com débitos inscritos em dívida ativa. Faculdade do credor do precatório. Emenda Constitucional nº 99/2017..... 228

Mara Guimarães Dantas

IPTU. Redução de alíquotas para mitigar os efeitos da revisão de valores defasados contidos na planta genérica. Ausência de renúncia de receita..... 234

Mara Guimarães Dantas

ISS. Serviços de engenharia/arquitetura prestados por profissionais de outros Municípios. Forma de tributação.....240

Vanessa de Barros Fuster

Taxa de licença para funcionamento. Exação fundada no poder de polícia. Estabelecimento sem autorização para funcionar. Lançamento retroativo. Impossibilidade.....249

Patricia Seco Torres